

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.439.797 - SP  
(2019/0023446-0)**

**RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA**  
**AGRAVANTE : DOMINGOS VIEIRA DOS SANTOS**  
**ADVOGADOS : KARINA BALDUINO LEITE - DF029451**  
**RIVADAVIO ANADÃO DE OLIVEIRA GUASSU E OUTRO(S) -**  
**SP288863**  
**CLAUDIA CAROLINE NUNES DA COSTA - SP409694**  
**AGRAVADO : UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**  
**PROCURADOR : CLAUDIA DE SOUZA CECCHI ALFACE E OUTRO(S) -**  
**SP164978**

### **DECISÃO**

Trata-se de agravo interno interposto por DOMINGOS VIEIRA DOS SANTOS contra decisão de minha lavra, proferida às e-STJ fls. 355/356, em que não conheci do agravo em recurso especial, uma vez que a parte agravante teria deixado de impugnar especificamente a decisão agravada quanto ao não cabimento de REsp, alegando violação de norma constitucional.

Em suas razões, a parte agravante sustenta que "não há razão para justificar a falta de impugnação específica nesse ponto, porque não há alegação de violação do texto constitucional no Recurso Especial, não dependendo o julgamento e resultado deste da análise dessa questão" (e-STJ fl. 360).

Sem impugnação (e-STJ fls. 366 e 376).

Passo a decidir.

Segundo a firme jurisprudência desta Corte Superior, o agravante deve impugnar especificamente todos os fundamentos adotados pela decisão *a quo*, autônomos ou não, para justificar a inadmissão do recurso especial, sob pena de seu recurso não ser conhecido.

*In casu*, verifica-se que o agravante, a fim de afastar o óbice em questão, pontuou que a alegação de afronta a dispositivos constitucionais era objeto do recurso extraordinário manejado, senão vejamos (e-STJ fls. 298/300):

Com efeito, a admissibilidade e o seguimento do recurso Especial interposto pelo autor, ora Agravante se apresentava como medida imposta pelo Direito, porquanto o venerando acórdão, contra o qual o recurso se insurge, está a consubstanciar manifesta violação ao disposto no Artigo 4º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei nº 4.657/1942), bem como nos artigos 140 e 369, ambos do Código de Processo Civil.

[...]

Por um ligeiro equívoco o v. acórdão acabou por sacramentar violação expressa ao disposto no Artigo 4º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei nº 4.657/1942), bem como nos artigos 140 e 369, ambos do Código de Processo Civil, bem como à outras disposições Constitucionais, objeto do competente Recurso Extraordinário,

# *Superior Tribunal de Justiça*

necessitando assim do devido esclarecimento por este Tribunal, senão vejamos.

Ante o exposto, RECONSIDERO a decisão de e-STJ fls. 355/356, tornando-a sem efeito.

Após, voltem-me os autos conclusos.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator